



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

Sub-eixo: Relações Patriarcais de classe, gênero e raça

EXPERIÊNCIAS DE AUTO-ORGANIZAÇÃO DE MULHERES E LGBTI+ NOS MOVIMENTOS POPULARES NO BRASIL

LEONARDO NOGUEIRA ¹
RENATA GOMES DA COSTA ²
LARISSA COSTA ³

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar e contextualizar as experiências construídas por mulheres e LGBTI+ nos movimentos populares identificados com a construção do chamado campo político do *Projeto Popular para o Brasil*. Partimos da caracterização do “caráter patriarcal” da formação social brasileira para, em seguida, contextualizar as experiências de auto-organização das mulheres e LGBTI+ nos movimentos populares.

Palavras-chave: feminismo; LGBTI+; *Projeto Popular para o Brasil*; formação social brasileira.

Abstract: This article aims to present and contextualize the experiences constructed by women and LGBTI+ in popular

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal De Ouro Preto

2 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Do Estado Do Rio De Janeiro

3 Profissional de outras áreas. Universidade Federal De Minas Gerais

movements identified with the construction of the so-called political field of the Popular Project for Brazil. We start from the characterization of the “patriarchal character” of the Brazilian social formation to then contextualize the experiences of self-organization of women and LGBTI+ in popular movements.

Keywords: feminism; LGBTI+; *Projeto Popular para o Brasil* (in English: “Popular Project for Brazil”); brazilian social constitution.

1. Introdução

Qualquer pesquisa em fontes confiáveis na internet, em jornais e revistas sobre violência, desigualdades no mundo do trabalho e acesso aos equipamentos de proteção social expõe a dramática realidade das mulheres e pessoas LGBTI+ no Brasil. Se os fatos estão intimamente vinculados, pesquisadores/as devem buscar compreender os fatores que reforçam e, mais ainda, tornam necessários a

manutenção de relações violentas e desiguais como norma socialmente legitimada e, em alguns casos, legalmente sancionada pelo aparato estatal ao longo da história da sociedade brasileira.

Considerando esse caminho teórico-metodológico, é necessário explicitar o que consideramos “caráter patriarcal” e a nossa compreensão sobre a formação social brasileira para que seja possível construir uma interpretação sobre o processo histórico estruturante da nossa sociabilidade e as resistências que se forjaram.

A atuação de movimentos populares no âmbito de pautas relacionadas ao feminismo e à defesa da diversidade sexual e gênero tem se acentuado nos últimos anos por meio de experiências de organização, formação e luta. O presente texto tem como objetivo descrever as experiências construídas por mulheres e LGBTI+ nas organizações identificadas com a construção do *Projeto Popular para o Brasil*, buscando revelar a diversidade de experiências de auto-organização desses sujeitos nos movimentos populares.

O *campo do Projeto Popular* é fruto de uma intensa jornada de lutas na década de 1990 contra o neoliberalismo, parte de uma tentativa da esquerda para retomar as mobilizações de massa que haviam estimulado as lutas sociais nos anos 1980. Um conjunto diversificado de organizações - pastorais sociais, movimentos populares, entidades sindicais e partidos políticos - buscam, atualmente, retomar o debate da estratégia da revolução brasileira. Esses esforços ficam evidentes nas sistematizações sobre a especificidade da formação social brasileira, na retomada do trabalho de base para a organização popular e no método de luta centrado na mobilização e massificação. Deriva desse campo a noção de Projeto Popular que consiste, ao mesmo tempo, em *força social* do povo brasileiro na luta pelo poder e no *programa político* capaz de representar os anseios e bandeiras de lutas estruturais para superação do capitalismo, do patriarcado e do racismo no país.

Delimitamos as experiências de auto-organização de mulheres e LGBTI+ desse campo político para sistematização, pois elas têm se destacado na última década ao buscarem compreender o significado das lutas antipatriarcais a partir da análise da formação social brasileira. Nessa perspectiva, acreditamos que a potencialidade das lutas antipatriarcais para construção de um projeto de sociedade

livre e emancipada assenta-se na indispensável unidade entre os movimentos populares, o movimento feminista e o movimento LGBTI+.

2. O caráter patriarcal da formação social brasileira

A síntese construída por Christine Delphy é indispensável para explicar o que denominamos genericamente como “caráter patriarcal” de uma dada formação social, neste caso, a brasileira. Delphy (2009) afirma que o patriarcado é uma formação social em que o poder é exercido pelos homens. A partir dessa consideração, para nós, buscar as raízes da dominação/exploração patriarcal exige uma articulação entre três elementos que se apresentaram ao longo da história de maneira intimamente vinculada: a divisão sexual do trabalho, a propriedade privada e a sexualidade.

Marx e Engels (2017), ao discutir a concepção materialista de história em a *A Ideologia Alemã*, expõem que, no processo de produção e reprodução da vida material, o trabalho, a divisão sexual do trabalho, a propriedade privada, a procriação e construção de vínculos familiares são elementos que se apresentam à medida que os seres humanos desenvolvem melhores condições de vida ao se apropriarem do mundo à sua volta. Não é natural e nem produto do acaso que a divisão sexual do trabalho e a propriedade privada estejam articuladas aos fatores que, para Engels, explica a função da monogamia como um comportamento sexual historicamente construído, por exemplo.

No desenvolvimento histórico da humanidade, homens e mulheres estabeleceram relações contraditórias que expressaram desigualdades no acesso ao trabalho, aos produtos do trabalho e no exercício do poder. Isso é demonstrado por estudiosos/as que perceberam que a fixação em um dado território, e o acelerado desenvolvimento das técnicas de agricultura e pecuária, em alguns contextos, possibilitaram a formação de um excedente que passou a ser trocado. Em paralelo às relações de troca, pautadas na emergente propriedade privada, se desenvolvem os núcleos familiares monogâmicos que cumpriam a função de diferenciar os sujeitos aptos às heranças e a delimitação da linhagem paterna como forma de organização da

família. Essa mudança radical é um elemento que passa a delimitar tanto o papel da família na produção e reprodução da vida material quanto o papel dos homens que corporificam relações de poder [1].

Também consideramos que a estreita vinculação entre divisão sexual do trabalho e propriedade privada só pode se apresentar historicamente tendo a monogamia e a heterossexualidade como expressão hegemônica de sexualidade. Gayle Rubin (2017) expõe que o desenvolvimento da heterossexualidade como prática dominante é um produto da divisão sexual do trabalho. A castidade, a monogamia imposta às mulheres, o sexo com a finalidade exclusiva da procriação e proibição de práticas homossexuais são características da lógica heterossexista que se torna hegemônica com o desenvolvimento da divisão sexual do trabalho e da propriedade privada.

Sendo assim, quando denominamos caráter patriarcal de uma determinada formação social, estamos buscando evidenciar como determinada sociedade se constrói legitimando o exercício do poder masculino-heterossexual como base da organização social. Não se trata de um olhar lateral para o desenvolvimento de um aspecto subjetivo ou simbólico, aparentemente de menor relevância. Trata-se de uma maneira específica de produção e reprodução de relações materiais, subjetivas e políticas que produzem na vida em sociedade uma hegemonia patriarcal. A produção da riqueza, o Estado e suas ações, a moral e a religião expressam e legitimam a hegemonia patriarcal, porque se desenvolvem a partir de uma formação social patriarcal.

O que compreendemos como particularidade da formação social brasileira diz respeito aos processos históricos, econômicos, culturais, sociais e políticos que materializam, de maneira peculiar, a gênese e o desenvolvimento do modo de produção capitalista entre nós. Nos limites deste texto, vamos privilegiar os seguintes eixos: o significado do processo colonizador, as especificidades do modo de produção escravista colonial, a formação do povo brasileiro e o caráter da revolução burguesa. Da confluência desses aspectos, podemos extrair como desdobramentos: o capitalismo dependente, o racismo e o patriarcado.

Prado Jr. (2011) introduz no pensamento social brasileiro uma análise inovadora sobre o “sentido da colonização” [2]. Com o objetivo de exploração das riquezas do

continente americano, instaura-se no Brasil uma verdadeira “empresa comercial” alavancada com os saques, vasta produção de bens primários e tráfico negreiro. Segundo Prado Jr. (2011), a colonização se aprofunda pautada na lógica do latifúndio, da monocultura e do regime de trabalho de negros/as escravizados/as para assegurar as desiguais trocas comerciais. Destarte, o processo colonizador vai impondo a construção de uma nação voltada para mercado externo incapaz de se projetar de maneira ativa e independente. Na direção do pensamento de Prado Jr. (2011), Moura ([1959]2014, p. 83) afirma que “a economia brasileira irá assentar as suas bases na grande agricultura monocultora, no trabalho escravo produzindo para os senhores de engenho, terras e engenhos, sob o monopólio político e comercial da Metrópole”.

O aprofundamento das relações coloniais no Brasil pode ser apreendido a partir da densa tese de Gorender (2016) sobre o desenvolvimento de um modo de produção escravista colonial no Brasil. Nesse quadro marcado pela expansão ultramarina e domínio europeu, “o escravismo colonial surgiu e se desenvolveu dentro de um determinismo socioeconômico rigorosamente definido, no tempo e no espaço” (GORENDER, 2016, p. 84). O autor evidencia que as relações de produção e reprodução material, pautadas na grande propriedade da terra, na monocultura e no trabalho escravizado - plantagem escravista -, também se dinamizam internamente, forjando um relativo mercado interno sem, com isso, romper com as exigências colocadas pelas potências coloniais.

A complexa formação da sociedade brasileira também evidencia o confronto entre diferentes matrizes étnicas, processo atravessado por inúmeras formas de violência que ainda são pujantes entre nós. O desenvolvimento do modo de produção escravista colonial exterminou indígenas, impôs a estes um padrão cultural-moral europeu e cristão, ocupou terras habitadas pelos nativos, em suma, um verdadeiro genocídio. Paralelamente, esse regime só se sustentava com o tráfico negreiro que também expunha homens e mulheres vindos de países da África a condições deletérias de exploração, violência e miséria.

“Nos países poliétnicos, formados em consequência dessa expansão do colonialismo, essas populações foram alocadas

inicialmente em espaços sociais delimitados rigidamente pelas forças dominadoras que estabeleceram o papel, o status e a função de cada uma no processo de trabalho e o seu nível de valorização social e étnica” (MOURA, 2014, p. 183).

Darcy Ribeiro (2015) identifica que o povo brasileiro é forjado a partir de um verdadeiro “moinho de gastar gente”. A confluência das matrizes indígenas, africanas e europeia resultou em um “povo novo”, uma síntese que amálgama a perversidade da colonização, o potencial das revoltas e lutas por libertação e a necessidade de construção de um projeto de nação capaz de atender as maiorias populares, alijadas até os dias de hoje.

No entanto, a construção de um projeto de nação implica considerar as configurações de classe em nosso país. A subordinação inerente ao modo de produção escravista colonial cria as condições para a formação de uma elite subserviente e incapaz de dar cabo à construção de uma nação soberana. Reside aí uma característica fundamental: a desagregação do modo de produção escravista colonial não se realiza como produto de uma revolução social, na qual o povo encara os dilemas da colonização. Ao contrário, a ruptura com o pacto colonial se dá “pelo alto”, num verdadeiro acordo entre as elites (de origem latifundiária-escravista) com a burguesia internacional (re)atualizando os traços de dependência. Conforme Fernandes (2020), a ausência de uma radical ruptura com a colonialidade impõe uma condição de modernização alicerçada nos traços arcaicos, noutros termos, numa dialética entre o arcaico e o moderno – aspecto fundante do caráter dependente do desenvolvimento capitalista no Brasil.

Netto (2011) e Santos (2012) também destacam três particularidades do capitalismo brasileiro: o caráter conservador da modernização operada pelo capital, os processos de “revolução passiva” e a centralidade da ação Estatal para a constituição do capitalismo no país. Para estes autores, inspirados no pensamento social brasileiro, estas três características poderiam nos indicar uma síntese a três grandes traços do capitalismo no país. Com o exaurimento da experiência colonial, a transição brasileira ao capitalismo não rompe com o estatuto colonial e o país se desenvolve enquanto nação autônoma num misto entre os elementos arcaicos e modernos. Registra-se um novo tipo de dependência. Não mais formal e submetido

às estritas de uma metrópole. Um tipo de dependência aos moldes do próprio desenvolvimento capitalista, desigual e combinado, que precisa reproduzir relações assimétricas para poder ampliar seus lucros.

Nas condições postas pelo peculiar modo de produção escravista colonial é possível localizar o caráter patriarcal e racista que se enovela nessa trama. Não se trata de perceber os elementos patriarcais e racistas como acessórios ou restritos aos componentes da formação moral e cultural da sociedade brasileira (embora os valores, costumes, hábitos e comportamentos também se produzam a partir desses elementos). Por outro lado, também não se trata de construir uma análise paralela entre racismo e patriarcado como se esses se autoproduzissem de maneira desarticulada. Nesta direção, é irretocável a percepção de Collins (2015) com relação ao caráter sexista das estruturas racistas nos EUA ao evidenciar que as estruturas escravistas foram profundamente patriarcais.

Em nossa percepção, o desenvolvimento capitalista dependente e as relações patriarcais e racistas se desenvolvem de modo recíproco e articulado quando se analisa o caso particular da formação social brasileira. O tipo peculiar de colonização subordinado à lógica da acumulação primitiva de capital na Europa, a hegemonia da “grande propriedade” monocultora, a violência como regra para ocupação territorial e o regime de trabalho escravo na dinâmica da produção e da reprodução social se realizam por meio da incorporação das relações patriarcais e racistas.

No Brasil a *violência* se impôs como regra quando se registra o contato europeu com os povos indígenas que já habitavam o território brasileiro historicamente. Também se impôs como regra quando observamos a dinâmica do tráfico negreiro e condições postas aos/às africanos/as escravizados/as. A desumanização, os açoites, os estupros, a escravização e a catequização/evangelização são formas de violência que se complementam e estão intimamente articuladas para assegurar as condições necessárias para se produzir e reproduzir o escravismo colonial. A brutalidade da elite contra qualquer forma de resistência e lutas dos indígenas e afro-brasileiros escravizados materializa uma cultura autoritária, avessa à participação popular. Não por acaso, negros/as, indígenas e mulheres foram alijados do processo de construção da República sem,

sequer, terem direito ao voto (no caso dos homens negros/indígenas devido aos critérios de renda e alfabetização).

As noções europeias de *propriedade privada* da terra e das forças produtivas foram brutalmente impostas na realidade brasileira por meio da violência. A grande propriedade da terra, elemento central da questão agrária, e toda a estrutura necessária para a produção no escravismo colonial, reitera o lugar do homem branco europeu (e seus descendentes) nas relações de poder. Foram os homens brancos os senhores do engenho, os donatários das capitanias hereditárias, os donos dos principais títulos da nobreza portuguesa, os agentes do aparato militar e jurídico que existia na colônia e no império. É evidente que as mulheres brancas da elite colonial se beneficiavam do privilégio político, econômico e cultural do colonialismo. No entanto, o exercício da dominação colonial era explicitamente masculino, exercido por homens ricos e subservientes à coroa portuguesa.

O regime de trabalho no escravismo colonial também era organizado por uma explícita divisão racial e sexual do trabalho. Negros e negras eram traficados do continente africano para ser o agente fundamental do trabalho. As fronteiras da divisão sexual do trabalho eram, de alguma maneira, diluídas na experiência de negros/as escravizados/as. No caso das mulheres negras, além de realizarem o trabalho bruto nas lavouras, eram exploradas sexualmente pelos seus senhores, assumindo até mesmo a amamentação dos bebês de seus/suas algozes. A educação das mulheres brancas era restringida ao desenvolvimento de habilidades para o lar e o cuidado, não sendo, portanto, preparadas como os homens para exercício do poder político. Assim sendo, a divisão sexual e racial do trabalho se articulam criando um ambiente complexo e contraditório, dando vigor às relações patriarcais e racistas.

A reciprocidade entre as relações patriarcais, racistas e o escravismo colonial dá um tom particular ao desenvolvimento capitalista dependente no Brasil. Isso diz respeito ao modo como o patriarcado, o racismo e o capitalismo se imbricam na formação social brasileira.

Saffioti (2004) utiliza a metáfora do nó (ou novelo) para evidenciar que essas três relações sociais estruturantes, embora resguardem suas especificidades, estão

intimamente, e dialeticamente, articuladas em um “nó”. Ao se enovelarem, o patriarcado, o racismo e o capitalismo produzem uma dinâmica própria, impossível de ser compreendida e superada de forma fragmentada.

3. Resistência antipatriarcal e o *Projeto Popular para o Brasil*

O povo brasileiro também se forjou historicamente por meio das lutas contra o colonialismo, a escravidão e a exploração/dominação patriarcal. Não por acaso, as resistências indígenas e as rebeliões nas senzalas marcaram frontalmente o desenvolvimento das formas de lutas no Brasil. A formação da classe trabalhadora brasileira não é algo que se instaura mecanicamente com a desagregação da estrutura colonial no final do século 19 ou com a industrialização pesada no século 20.

A análise das lutas e configurações de classe, e seus respectivos projetos societários, permite perceber, por exemplo, o significado de mais de 300 anos de trabalho escravo de negros e negras, e o caráter senhorial/coronelista da elite que comanda o país. No que diz respeito à resistência popular, é imprescindível resgatar as lutas de Teresa de Benguela, Luiza Mahin, Maria Quitéria, Aqualtune, Dandara entre tantas outras que tiveram uma atuação central na denúncia das condições impostas pelo regime escravista colonial.

Resgatar o papel dessas mulheres na luta popular brasileira é uma tarefa fundamental para nos reconectar com a história da classe trabalhadora. As lutas abolicionistas, as revoltas quilombolas, as primeiras greves e paralisações, as iniciativas das mulheres pelo direito à educação, ao voto, às creches e tantas outras lutas resguardam uma conexão à tríade capitalismo dependente, racismo e patriarcado. A reciprocidade entre essas três bases estruturantes da formação social brasileira nos coloca diante de um dilema há muito tempo enfrentado pela reflexão crítica e pelas lutas populares: para quem se constrói essa nação? Definitivamente, não é para atender os interesses da grande massa de trabalhadores que convivem historicamente com a miséria e a exclusão dos espaços de poder. A construção de um projeto alternativo ao poder da elite requer, assim, uma intensa articulação entre

as lutas anticapitalistas, anti patriarcais e antirracistas.

3.1 Iniciativas dos movimentos populares no âmbito da luta feminista e LGBTI+

Considerando que, desde meados do século 19, a resistência antipatriarcal contou com ampla participação das mulheres na construção de uma agenda feminista, os movimentos populares do *campo do Projeto Popular para o Brasil* tiveram em sua gênese e têm até hoje a perspectiva das mulheres como um de seus atravessamentos. Cabe destacar que, ao longo dos anos, houve maior elaboração conceitual e estratégico da luta feminista, como resultado do próprio processo de auto organização das mulheres.

Somente a partir de 2012, esses movimentos passaram a estimular também pessoas LGBTI+ na construção de experiências de organização, formação e lutas. Esse esforço de traduzir as lutas LGBTI+ nas iniciativas dos movimentos populares tem sido pedagogicamente identificado como um ato de “colorir” com muita diversidade as lutas populares no Brasil e a estratégia socialista.

Esse processo é fruto de um legado histórico das lutas feministas, LGBTI+ e das organizações de esquerda no Brasil. Também é fruto de uma situação conjuntural que, mediante o avanço dos setores conservadores na última década, exige posturas ativas das organizações de esquerda em defesa da igualdade entre os sexos, da liberdade de orientação sexual e identidade de gênero. A parceria entre as organizações do Projeto Popular, com o movimento feminista e movimentos LGBTI+ nacionais e locais endossa a perspectiva de que as lutas antipatriarcais tornam mais complexos e potentes os enfrentamentos no âmbito das lutas de classes.

A. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST):

Criado na década de 1980, o MST é o maior movimento social brasileiro, com reconhecimento mundial. Por meio do trabalho de base com pessoas sem-terra, o movimento combate o agronegócio e o latifúndio com ocupações de terras,

produção de alimentos sem veneno, organização de feiras e armazéns agroecológicos entre tantas outras iniciativas que confluem na luta pela reforma agrária popular.

Desde seu surgimento, as mulheres sem-terra são protagonistas na luta pela terra e na própria construção do debate no interior do movimento. Levantamento de Santo (2017), as primeiras resoluções do MST sobre a participação política das mulheres data de 1986 e são resultado do tensionamento do coletivo de mulheres, que já tinha sido formado. A expansão desse grupo culminou na formação do Setor Nacional de Gênero do MST, com mulheres representantes dos acampamentos e assentamentos, avançando na formulação e sistematização sobre a realidade das mulheres nos anos seguintes.

Em 2007, no 5º Congresso Nacional do MST, em Brasília, dos 17,5 mil participantes, 42% eram mulheres, número inédito até então. No evento, uma mística que reuniu 2 mil mulheres colocou no centro do debate do movimento a necessidade de construção de um feminismo camponês popular, como a expressão da caminhada própria das mulheres do campo. Em março de 2020, ainda antes do estabelecimento de medidas sanitárias contra a pandemia do novo coronavírus, 3,5 mil mulheres se encontraram para o 1º Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra. O evento marcou a luta do movimento e expressou a construção de um feminismo ligado à reforma agrária popular, mas também à luta anticapitalista e antirracista.

Assim como as mulheres, pessoas LGBTI+ sempre estiveram presentes nas fileiras dessa organização, mas, a partir do VI Congresso Nacional do MST, em 2014, a militância LGBTI+ passa a ter significativa visibilidade. Naquele momento, os casais LGBTI+ assentados e suas histórias de vida ganhavam uma matéria destacada na mídia popular. Pós-congresso, o MST constrói uma reunião ampliada das LGBTI+ do movimento e se desafia na construção de um “grupo de estudos” com a militância para acumular sobre o tema e propor às instâncias do movimento ações que pudessem ser realizadas com o conjunto do MST (dos espaços de direção política às bases nos assentamentos e acampamentos).

Com o mote “o capitalismo destrói, o patriarcado faz a guerra: o sangue LGBTI+ também é sangue Sem Terra” o movimento passou a construir cursos

nacionais e regionais, articulações com o movimento LGBTI+, paradas e marchas do orgulho LGBTI+, além de acolher bandeiras de luta como a criminalização da LGBTfobia, doação de sangue por LGBTI+, enfrentamento ao projeto Escola Sem Partido. Também é fundamental destacar a iniciativa do movimento de inclusão da luta contra a discriminação por identidade de gênero e orientação sexual no seu documento interno de valores e princípios que norteia toda a atuação da militância.

B. Levante Popular da Juventude:

Esse movimento social surge como experiência de organização de jovens das periferias e universidades no Rio Grande do Sul. Em 2012, o Levante se torna nacional após o compromisso de construção do movimento por mais de mil jovens de diversos estados que se reuniram no 1º Acampamento Nacional em Santa Cruz do Sul (RS). Desde a nacionalização, o movimento expressa o seu compromisso com as lutas feministas e LGBTI+. Em sua estrutura organizativa há setores que atuam conjuntamente na construção da agenda antipatriarcal e antirracista na organização, que são os setores de negritude, mulheres e diversidade sexual e de gênero. A construção conjunta dos setores internos do movimento possibilitou a realização do curso “Capitalismo, racismo e patriarcado no Brasil” em parceria com a Escola Nacional Paulo Freire.

Além das lutas unitárias das mulheres, sobretudo as que são construídos no âmbito da agenda nacional e internacional - como o 8 de março, o dia de combate à violência contra as mulheres e o dia pela legalização do aborto - o Levante tem tido nos últimos anos uma atuação destacada na construção de paradas LGBTI+ nas periferias. O movimento também atua pelo reconhecimento do nome social (atualmente já regulamentado), criminalização da LGBTfobia, campanhas de doação de sangue por LGBTI+ (após a decisão do Supremo Tribunal Federal em junho de 2020), frentes de lutas LGBTI+ nas universidades e escolas, construção de marchas contra LGBTfobia e das Paradas do Orgulho LGBTI+.

C. Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos

Agricultores (MPA), Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e Pastoral da Juventude Rural (PJR):

Essas três organizações que fazem parte da Via Campesina também têm se desafiado na incorporação da agenda feminista e LGBTI+. Além das iniciativas mais consolidadas internamente, por meio das ações de formação política e auto-organização das mulheres, também participaram no último período das articulações das lutas das mulheres e LGBTI+ do Projeto Popular. Participaram de ações dos movimentos feministas, assinaram manifestos, deram visibilidade política dessas pautas em ações e contam com significativa presença de mulheres e LGBTI+ nas suas bases sociais e nas instâncias de direção.

D. “Na batalha das ideias”: o papel da *Editora Expressão Popular*, da *Escola Nacional Florestan Fernandes*, da *Escola Nacional Paulo Freire* e do jornal *Brasil de Fato*:

A formação político-ideológica e a disputa de ideias, como elemento indispensável na luta de classe, é uma característica do campo do Projeto Popular que particulariza sua intervenção no âmbito da esquerda. As experiências são diversas e atravessadas por nuances conjunturais e regionais. No entanto, as distintas iniciativas confluem no objetivo de zelar pela formação política da militância, qualificá-la para a luta política e construir melhores condições para a disputa de hegemonia na sociedade. A preocupação com o estudo da realidade brasileira, especialmente por meio dos chamados “Cursos de Realidade Brasileira (CRB)”, é um exemplo de formação que acontece há mais de vinte anos.

A Escola Nacional Florestan (ENFF), inaugurada em 2005, tem se configurado como um dos principais centros de formação política da América Latina e recebe militantes e formadores/as do mundo inteiro. Os cursos são oferecidos pela escola e outros acontecem em parceria com universidades, como a Universidade Estadual Paulista (UNESP) e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). A ENFF tem sido um espaço fundamental na articulação LGBTI+ do campo popular tanto por acolher os

temas da diversidade sexual e de gênero em seus cursos quanto por ser, por excelência, um local de encontro desses sujeitos de diversas organizações. A discussão feminista, sobretudo ligada ao feminismo popular, têm perspectiva transversal nas diversas formações realizadas na escola.

Mais recentemente, a Escola Nacional Paulo Freire, criada em 2019, também vem desempenhando um papel importante na formação política. Um dos cursos oferecidos, intitulado “Capitalismo, Racismo e Patriarcado”, é um verdadeiro esforço de compreensão dos estudos feministas e antirracistas a partir da análise da formação social brasileira.

A Editora Expressão Popular e o jornal Brasil de Fato também têm contribuído com o desafio da formação e informação. Com uma capacidade de diálogo mais abrangente por meio das mídias sociais, da produção e difusão de conteúdo, a Editora e o jornal, que desde sempre deu ampla visibilidade às lutas feministas e LGBTI+, têm buscado cada vez mais apoiar esses debates. As ações incluem, por meio da Expressão Popular, publicações específicas sobre os temas, como reedições importantes de Heleith Saffioti, Elizabeth Souza Lobo, além de clássicos do marxismo, como textos de Alexandra Kollontai e de Rosa Luxemburgo. Os livros “Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil” (2018), “Diversidade sexual e de gênero e lutas de classes no Brasil” (2020), “Brasil fora do armário: diversidade sexual, gênero e lutas sociais” (2020) e “Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas” (2020) são alguns exemplos de publicações da Expressão Popular que demonstram o apreço da editora com as pautas.

O jornal Brasil de Fato se esforça na incorporação da agenda de lutas e na cobertura de pautas feministas e LGBTI+, produzindo conteúdo multimídia para a plataforma digital, redes sociais e para os tabloides estaduais de Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Como experiência mais recente, as produções também são feitas para rádio, com distribuição nacional, e plataformas de podcast. Desde o seu surgimento, em 2003, no Fórum Social Mundial em Porto Alegre (RS), o Brasil de Fato busca construir uma comunicação contra hegemônica, em que a visão

popular dos fatos do Brasil e do mundo seja o caminho percorrido como linha editorial.

A cobertura de pautas feministas e LGBTI+, portanto, se dá no sentido de disputar o imaginário social e fortalecer as organizações populares. Tem como questão primordial a crítica à falsa neutralidade da imprensa comercial e a necessidade de democratização da mídia brasileira, historicamente concentrada entre poucas famílias ricas. Nesse sentido, trata-se de abordar sujeitos LGBTI+, suas lutas e vivências na perspectiva de romper com estereótipos e preconceitos. Para o Brasil de Fato, se posicionar frente às injustiças sociais é tratar com honestidade quem lê e busca informação de qualidade, com apreço aos fatos, apuração cuidadosa e excelência jornalística.

4. Considerações finais

A atuação dos movimentos populares elencados neste trabalho tem qualificado a ação da esquerda brasileira e a luta da classe trabalhadora. Visibilizar as iniciativas de auto-organização das mulheres e de LGBTI+ no interior desses movimentos é importante na medida em que reivindicamos que as lutas populares não podem abdicar de um projeto feminista e antirracista como condição irrevogável da construção de um país para o povo brasileiro.

No entanto, essas experiências ainda se mostram restritas se pensarmos que ainda há muito o que avançar no âmbito da formação, da organização e das lutas no campo do Projeto Popular e no conjunto da esquerda. O desafio de construção de uma estratégia antipatriarcal, antirracista e anticapitalista para organizações que recusam o capitalismo como *status quo* ainda é atual e urgente.

A atuação das mulheres, negros e negras e LGBTI+ desses movimentos tem contribuído com a caracterização das determinações racistas e patriarcais da formação social brasileira nos últimos anos contribuindo com dois desafios. O primeiro é de ordem teórica, no que diz respeito à necessidade de reconectar com uma análise da sociedade brasileira a partir dessas formas de opressão. O segundo desafio, que está na ordem do dia, é a necessidade de sintonizar as lutas LGBTI+,

feministas e antirracistas com o conjunto das iniciativas das demais organizações populares, buscando construir uma unidade capaz de enfrentar a ofensiva conservadora.

Inspirado em Saffioti (1988), as experiências ressaltadas neste trabalho evidenciam que as lutas populares precisam, necessariamente, reconhecer que o alvo de suas ações apenas aparentemente se mostra de modo fragmentado. Nessa direção, é necessário construir um projeto soberano que desafie a subserviência das elites ao imperialismo, um projeto sustentável capaz de enfrentar o latifúndio, o agronegócio e as grandes mineradoras, um projeto democrático que enfrente a cultura política autoritária que alijou o povo da construção da República e, por fim, um projeto que honre a riqueza e o potencial da cultura, dos saberes tradicionais e da diversidade como elemento constitutivo e imperecível da nossa gênese. É urgente um projeto de país que enfrente os dilemas estruturais e que seja radicalmente popular, socialista, feminista e antirracista.

5. Referências

- COLLINS, P. H. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, R (org.). *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: SOF, 2015.
- DELPHY, C. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena [et al.] (orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.
- DEVREUX, A. M. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. In: *Cadernos de Crítica Feminista*. Ano V, N. 4 – dez. 2011.
- FERNANDES, F. *Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Curitiba: Kotter Editorial/Contracorrente, 2010.
- GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Expressão Popular, 2016.
- KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena [et al.] (orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.
- MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política: Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MOURA, C. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, [1959]2014.
- MOURA, C. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação

Maurício Grabois, 2014.

NOGUEIRA, L; HILÁRIO, E; PAZ, T.T; MARRO, K (orgs.). *Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

NOGUEIRA, L; PEREIRA, M; TOITIO, R. *O Brasil fora do armário: diversidade sexual, gênero e lutas sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

PRADO JR, C. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Global, 2015.

RUBIN, G. *Políticas do sexo*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SAFFIOTI, H. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. Movimentos Sociais: a face feminina. In: CARVALHO, N (org.). *A condição feminina*. São Paulo: Editora vértice, 1988.

SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SANTO, T. M. Desrespeito e reconhecimento nas publicações do Setor de Gênero do MST. In: Encontro Anual da ANPOCS, 41º, 2017, Caxambu (MG). Anais. Disponível em: encurtador.com.br/dgtxE. Acesso em 23 de mai. 2021.

TABET, P. Mãos, instrumentos e armas. In: FERREIRA, V (orgs.). *O patriarcado desvendado: três feministas materialistas: Collette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole-Claude Mathieu*. Recife: SOS Corpo, 2014.

[1] Autoras feministas materialistas como Paola Tabet (2014), Kergoat (2009) e Anne-Marie Devreux (2011) desenvolvem uma perspectiva de análise que nos ajudam nesta via de argumentação. Devreux (2011) considera a existência de uma divisão sexual do poder decorrente da análise das configurações que ensejam as “relações sociais de sexo”.

[2] Esse autor vincula o processo de expansão do capitalismo europeu, conforme Marx (2013) fase correspondente ao período da acumulação primitiva de capital, às intenções empreendidas por Portugal na expansão colonial.
